

PROMOÇÃO DA SAÚDE É UMA ATITUDE POLÍTICA QUE DETERMINA QUEM DELA BENEFICIA

20/9/79

— Presidente Samora Machel na abertura da 29.ª Sessão do Comité Regional da OMS para África

Ao usar da palavra ontem, na abertura da 29.ª Sessão do Comité Regional da O.M.S. para África, o Presidente do Partido FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, proferiu o importante discurso que a seguir publicamos na íntegra:

Senhor Director-Geral da Organização Mundial de Saúde,
Senhor Director Regional,
Senhor Presidente do Comité Regional da África da Organização Mundial de Saúde,
Senhores Delegados,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Em nome do Povo moçambicano e do Governo da República Popular de Moçambique, desejamos dar as boas-vindas a todas as delegações participantes nesta 29.ª Sessão do Comité Regional de África da O.M.S. É com muita satisfação que o Povo moçambicano a todos acolhe e a todos deseja os maiores sucessos nos trabalhos que se vão iniciar.

Na pessoa de Sua Excelência o Dr. Haldan Mahter saudamos a Organização Mundial de Saúde. Saudamos, em particular, os grandes esforços que o distinto Director-Geral tem desenvolvido para tornar operativa a Organização, para a transformar em instrumento efectivo do combate dos nossos povos pela elevação das suas condições de vida.

A Sua Excelência o Dr. Comlan Quenum, Director Regional para África, endereçamos as nossas mais cordiais saudações. Num continente em que a luta contra a doença assume carácter dramático, as suas tarefas revestem-se de uma particular dimensão.

Desejamos saudar calorosamente todos os distintos delegados a esta sessão. Do vosso esforço, do vosso engajamento na procura de soluções correctas para os graves problemas sanitários que afligem o nosso continente, depende em larga medida o sucesso da luta dos nossos povos contra a doença.

Permitam-me que recorde, na abertura desta sessão, a exemplar figura de um médico que dedicou toda a sua vida ao seu Povo, à sua Pátria, à Paz e ao progresso no mundo. Ele encarnou e dirigiu a luta de libertação do seu Povo, guiou-o na conquista da independência e no combate pela construção de uma sociedade livre da exploração e da opressão.

Foi um combatente firme e dedicado da causa da libertação e da dignidade do nosso continente.

O seu falecimento constituiu uma perda incomensurável para o Povo angolano, para a África e para a Humanidade.

Pego pois que observemos um minuto de silêncio em homenagem ao Presidente do MPLA — Partido do Trabalho e Presidente da República Popular de Angola, Dr. António Agostinho Neto. Muito obrigado.

A SAÚDE E UM DIREITO DO POVO

Senhores Delegados,

Os trabalhos que vão realizar, assumem uma grande importância para o nosso Povo, para todos os povos africanos. A República Popular de Moçambique considera que a saúde é um direito do povo e atribui uma importância fundamental à sua promoção e defesa.

Definimos saúde como sendo o equilíbrio dinâmico do organismo e da personalidade do homem com o meio exterior, entendido este na globalidade dos seus factores físicos e sociais.

Isto significa que a Saúde não é um sector isolado, não é um compartimento estanque, não é uma ilha.

Condiçãoada por um grande número de factores, como a alimentação, a habitação, o abastecimento de água, a sanidade do meio ambiente, a educação e outros, a saúde depende do grau de desenvolvimento económico e social. É uma resultante das opções políticas dominantes.

Os interesses em função dos quais está organizada a vida política e económica duma sociedade, afectam necessariamente o sector da saúde. Antes de ser um conjunto de conhecimentos,

técnicas e meios, a promoção da saúde é uma atitude política que determina como e em benefício de quem vão ser utilizados esses conhecimentos, técnicas e meios.

A experiência do Povo moçambicano é rica de ensinamentos a este respeito.

O sistema político e económico que foi imposto ao nosso Povo pelo colonialismo português destinava-se a servir os interesses da burguesia colonial. As funções sociais do Estado estavam dirigidas à satisfação dos interesses da burguesia colonial, desprezando completamente as necessidades do Povo.

Assim, ao lado de uma medicina privada que tinha a primazia absoluta no conjunto dos serviços médicos e só era acessível aos colonos, funcionava um serviço de saúde concentrado nas três principais cidades do nosso País e, também ele, altamente discriminatório.

Nos hospitais, a discriminação social, económica e racial manifestava-se sem qualquer disfarce nas enfermarias e outros serviços, que eram separados, para brancos e para pretos.

Enquanto nas zonas rurais a assistência médica aos camponeses era praticamente inexistente, nos centros urbanos a escassa assistência médica aos trabalhadores visava apenas conservar a força de trabalho dotada de alguma qualificação.

Praticamente não existia medicina preventiva.

A inexistência de acções de saneamento do meio fora das zonas habitadas pela burguesia, a fome, a nudez, a ignorância, associadas à própria natureza dos serviços de saúde, mantinham o Povo numa situação sanitária desastrosa.

Foi nas zonas libertadas pela luta armada contra o colonialismo português que, pela primeira vez em Moçambique, se começou a desenvolver a Saúde ao Serviço do Povo.

A Frente de Libertação de Moçambique, à medida que ia destruindo as estruturas coloniais, estabelecia uma nova vida em que materializava a aspiração do nosso Povo de viver livre e melhor.

Assim, no campo da saúde, desencadeámos desde o início uma acção de massas para ganhar o Povo para as ideias e práticas correctas.

Partindo do princípio de que em todas as batalhas o factor decisivo é o Homem, definimos a prioridade da política sobre a técnica, a prioridade da consciencialização sobre as condições materiais (Aplausos).

Apesar da difícil situação de guerra e dos escassos recursos técnicos de que dispúnhamos criámos unidades sanitárias funcionais e escalonadas onde as populações eram tratadas. Estas unidades tinham uma ligação íntima com as populações, através da participação destas nas actividades do hospital, na produção na machamba que alimentava os doentes internados, no transporte de medicamentos e de material sanitário para as frentes de combate, na evacuação e apoio aos feridos de guerra.

Colocando a prioridade na Medicina Preventiva vacinámos centenas de milhares de pessoas, difundimos hábitos de higiene e melhorámos os hábitos alimentares, ao mesmo tempo que procurávamos formar cada combatente, cada elemento da população como agente sanitário.

Assim, desmistificámos certas teorias. É isto que é preciso fazer, em particular em África. Colocar a saúde ao serviço do Povo. E enquanto não conseguirmos isso, o combate, a luta continua (Aplausos).

Os trabalhadores da saúde recebiam uma formação que os habilitava a curar e ao mesmo tempo a serem quadros mobilizadores e orientadores do Povo na prática da higiene e da prevenção da doença.

Na República Popular de Moçambique o médico antes de



O Presidente Samora Machel quando usava da palavra na sessão de abertura da 29.ª Sessão do Comité Regional da OMS para África

ludo é um político (Aplausos). E se o médico não se libertar, se o médico depender essencialmente dos instrumentos e não da consciência, então temos a contradição. Se o médico não se libertar, se não for antes de tudo um agente transformador da sociedade aqui em África, podemos fazer muitas reuniões da Organização Mundial de Saúde, que não resolveremos os problemas. O médico não deve ver no doente uma mina para explorar (Aplausos).

O doente não é mina de ouro, não é mina de carvão, não é mina de diamantes, não é depósito de petróleo, é um ser humano. Por isso dizemos os nossos trabalhadores de Saúde na República Popular de Moçambique que os mobilizadores, organizadores, orientadores do Povo na prática da higiene e da prevenção da doença.

E na experiência das zonas libertadas, experiência nascida da prática, nascida dos interesses reais e objectivos das largas massas populares, que se enraiza a política de saúde da República Popular de Moçambique.

A nossa experiência tornou bem claro que os problemas políticos, económicos e sociais constituem um todo interdependente.

Nenhum dos nossos problemas podia ser resolvido sem a conquista da independência política. Os interesses das massas trabalhadoras, da maioria esmagadora do Povo, não poderiam ser realizados sem a conquista do poder pelas classes trabalhadoras.

Com a proclamação da República Popular de Moçambique, Estado de Democracia Popular, nós definimos que o poder pertence aos operários e camponeses, unidos e organizados pela FRELIMO, seu Partido de Vanguarda.

É a conquista do poder pelas classes trabalhadoras e a participação activa do Povo na tomada de decisões em todos os sectores, que nos permite enfrentar os graves problemas económicos e sociais herdados do colonialismo, e construir a Sociedade Nova em Moçambique.

É esta Sociedade Nova que cria condições para que todo o Povo tenha saúde. Porque não é possível assegurar a saúde quando a fome mina o organismo, quando não existem condições minimamente aceitáveis de habitação; quando a doença entra nos corpos pelos pés descalços e através da pele sem roupa; quando os agentes sanitários não têm transportes nem vias de comunicação; quando o analfabetismo dificulta a difusão do conhecimento científico. A fome, a nudez, a ignorância, as más condições

de habitação, a insalubridade do meio ambiente, o fraco desenvolvimento das forças produtivas são problemas que estamos a combater no processo de reconstrução nacional. Eles constituem as principais causas da doença no nosso País.

Eliminar as causas da doença significa, em última análise, assegurar o desenvolvimento económico e social, de acordo com os interesses das massas trabalhadoras.

Esta é a questão central, o objectivo principal do nosso processo revolucionário.

Foi por isso que, ao conquistarmos a independência, definimos a agricultura como base do nosso desenvolvimento e a indústria como factor dinamizador.

A terra e os recursos naturais foram recuperados pelo Povo. Iniciámos a planificação da economia, para garantir o aproveitamento correcto das riquezas do País e a sua utilização em benefício das largas massas populares, para assegurar o respeito das grandes prioridades nacionais na actividade económica. O nosso desenvolvimento económico visa prioritariamente satisfazer as necessidades essenciais do Povo, eliminar a fome, a nudez e a miséria.

As Aldeias Comuns constituem factor fundamental do nosso desenvolvimento. Elas permitirão levar à maioria da nossa população os benefícios da vida colectiva, o acesso à saúde, à educação e ao progresso social.

Com a nacionalização do ensino, criámos as condições para a realização de um combate enérgico contra o analfabetismo, a ignorância e o obscurantismo.

Ao nível da saúde, foi necessário destruir a estrutura e os métodos criados pelo colonialismo, incompatíveis com os nossos princípios e com as necessidades do Povo.

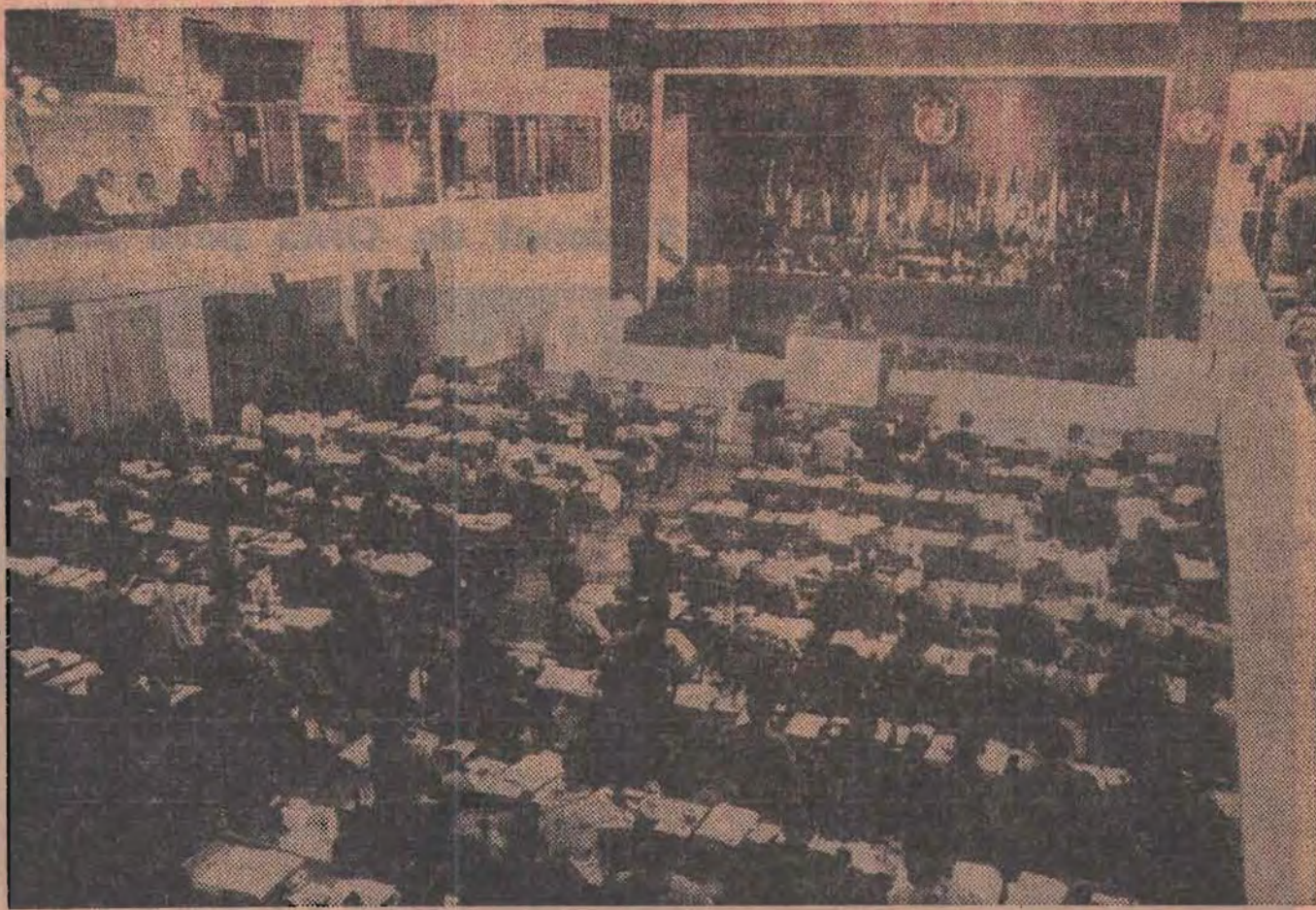
Com vista a satisfazer uma das aspirações mais fundamentais do nosso Povo, estabelecendo um sistema de saúde que o sirva efectivamente, foi nacionalizada a medicina e interdita qualquer forma do seu exercício privado (Aplausos). Criou-se um Serviço Nacional de Saúde destinado a assegurar a assistência sanitária a todos os cidadãos, sem qualquer discriminação, alargando assim a todo o País as conquistas alcançadas nas zonas libertadas.

Dois anos após a conquista da independência foi adoptada a Lei da Socialização da Medicina. Esta lei consagrou a gratuidade das acções preventivas e de grande parte das acções curativas,

(Continua na página seguinte)



O Presidente da República Samora Machel quando era saudado por continuadores moçambicanos, no final do discurso



Um aspecto geral da sala onde decorre a 29.ª Sessão do Comité Regional da OMS para a África, quando usava da palavra o Presidente Samora Machel



«Não se pode falar de Saúde para todos quando se massacram populações indefesas» — salientou o dirigente máximo da Revolução Moçambicana na sessão de abertura da 29.ª Sessão do Comité Regional para África. A gravura reportase ao momento em que o Presidente Samora Machel inaugurava a exposição fotográfica que está patente no recinto onde decorre este importante encontro, e que se refere às agressões do regime ilegal da Rodésia ao nosso País

PROMOÇÃO DA SAÚDE É UMA ATITUDE POLÍTICA QUE DETERMINA QUEM DELA BENEFICIA

(Continuado da página anterior)

estabelecendo um critério uniforme para a participação popular nas despesas da Saúde através de um pagamento meramente simbólico. Assim, no nosso País, a saúde passou a ser um direito real do cidadão e um dever do Estado.

No estabelecimento da nossa política sanitária demos prioridade a acções de saneamento do meio ambiente e prevenção das doenças ao mesmo tempo que desenvolvemos o sistema de cuidados curativos.

Procurámos assim estabelecer um equilíbrio harmonioso entre o esforço de prevenir e evitar a doença e a necessidade de curá-la; entre a medicina preventiva e a medicina curativa.

Em todos os sectores ligados à saúde, estamos a acelerar a formação de quadros, pois o colonialismo não formou quadros moçambicanos, e os técnicos estrangeiros abandonaram o País quando perderam os seus privilégios.

Para garantir uma assistência sanitária completa é também necessário assegurar o correcto abastecimento de medicamentos.

Para isso, adoptámos uma política enérgica contra a proliferação de marcas comerciais farmacêuticas sem qualquer relação com o seu valor terapêutico, contra a falsa e perniciosa propaganda de especialidades farmacêuticas e contra as acções que alimentam e reforçam o domínio dos monopólios internacionais neste sector.

Na República Popular de Moçambique atribuímos ao Estado o exclusivo da importação e exportação de medicamentos. Esta medida é instrumento fundamental no controlo da qualidade e custo dos medicamentos.

No âmbito da nossa política farmacêutica, a publicação do Formulário Nacional de Medicamentos elimina o supérfluo e fixa a obrigatoriedade de prescrição de medicamentos por nomes genéricos. A elaboração de normas de tratamento aliada ao estabelecimento de estratégias de luta contra as doenças mais frequentes, permite que sem diminuir cientificamente o acto médico, se discipline a prescrição e se uniformizem os critérios terapêuticos.

O desenvolvimento da investigação sobre os aspectos positivos da medicina tradicional virá permitir elevar estes ao nível científico, criando-se assim condições para que o seu conhecimento venha a enriquecer o nosso arsenal de combate à doença.

A indústria farmacêutica nacional constituirá, por sua vez, um factor decisivo para consolidarmos as nossas conquistas neste campo.

PARTICIPAÇÃO DO POVO GARANTE OS SUCESSOS

Senhores Delegados,

A participação do Povo organizado na resolução dos problemas de saúde constitui a base do nosso conceito de promoção da saúde da comunidade pela própria comunidade, pedra basilar e garantia dos nossos sucessos no campo da saúde.

Alguns dirão que somos empíricos: «O Povo é analfabeto, como é que vai participar nos problemas de saúde?», «O Povo é ignorante, que contribuição pode dar?», «Não sabe ler nem escrever, como é que vai compreender os fenómenos laboratoriais? Parece que o problema não é esse (Aplausos). O problema é que o laboratório mais sofisticado não necessita desta reunião. Para isso estaríamos no laboratório (Aplausos).

Esta participação comunitária não se verifica só nos aspectos preventivos de saneamento do meio, de educação sanitária e nutricional, mas também nos cuidados curativos.

Na República Popular de Moçambique estamos a criar uma ligação íntima do Povo com a vida das unidades sanitárias. As casas de informações e reclamações do Povo, as reuniões periódicas do pessoal de saúde com os bairros são alguns dos aspectos daquela ligação.

A criação dos conselhos de base, solução original da Revolução moçambicana, permite, através da discussão colectiva dos problemas de gestão, uma maior participação dos trabalhadores, doentes e seus familiares na vida dos nossos hospitais.

Este processo de democratização das nossas unidades sanitárias conduziu a um aumento da sua eficiência, a uma maior rentabilização do seu trabalho.

O sistema de «Mãe Acompanhante» é outra forma de participação popular na vida das nossas unidades sanitárias. Ele garante uma melhor atenção à criança durante o Internamento e contribui para uma maior ligação Comunidade-Hospital.

FIZEMOS MAIS EM QUATRO ANOS DO QUE O COLONIALISMO EM QUINHENTOS ANOS

Senhores Delegados,

O nosso Povo conquistou já importantes vitórias no campo da saúde. Fizemos imensamente mais no curto espaço de quatro anos da nossa independência, do que o colonialismo em quinhentos anos (Aplausos). Proseguimos com determinação este combate. Integrando o combate pela saúde na transformação geral da sociedade e na luta contra a miséria e o subdesenvolvimento, engajamo-nos no objectivo lançado pela OMS de «Saúde para todos no ano 2.000».

Não basta, porém, considerar os diversos factores que influem sobre a saúde no âmbito nacional. É necessário igualmente considerar o seu âmbito internacional.

A Organização Mundial de Saúde é expressão da importância da cooperação internacional neste campo.

É necessário que nos unamos e coordenemos os nossos esforços tentando encontrar, em conjunto, formas práticas de cooperação que nos conduzam a um desenvolvimento conjugado.

É importante que valorizemos as nossas experiências. Porque o nosso grau de desenvolvimento é limitado e porque os nossos meios são reduzidos, criamos uma mentalidade de subdesenvolvidos e pensamos que não há vantagem na cooperação entre nós.

Queremos felicitar o orador que nos precedeu aqui, que disse que já havia uma prática neste nível de cooperação. (Aplausos).

A tendência é ignorarmos a experiência dos médicos da Zâmbia, é ignorarmos a experiência dos médicos da Suazilândia, é desprezarmos a experiência do Malawi. Sabemos mais da experiência de Londres, Paris, Bona, Lisboa, Bruxelas, mas não sabemos as experiências que estão em Lilongwe, em Lusaka, M'babane, Kigali, Brazzaville, Kinshasa, Blantyre. Portanto, felicito-vos se já há cooperação.

Somos nós os primeiros a subvalorizar as nossas potencialidades. Devemos combater esta tendência que é ainda a marca deixada em nós por longos anos de colonização.

A cooperação é uma arma fundamental para a nossa libertação do subdesenvolvimento. É fundamental cooperarmos nos planos científico, económico, financeiro e sanitário. Só assim poderemos pôr termo à chantagem económica e tecnológica, à sabotagem e à dependência do imperialismo (Aplausos).

A cooperação entre países em desenvolvimento não significa contudo que substimesmos ou recusemos a cooperação com os países industrializados.

Ela deve realizar-se, todavia, dentro dos princípios da não ingerência nos assuntos internos, da igualdade e reciprocidade de benefícios.

No quadro da cooperação técnica a nível mundial, a OMS tem um papel fundamental a desempenhar.

Pensamos que as organizações especializadas das Nações Unidas devem acompanhar as profundas transformações políticas e sociais que se verificam hoje no mundo. Para isso elas terão, em muitos casos, que modificar as suas estruturas e métodos de trabalho.

Isso significa, em primeiro lugar, que terão de simplificar e desburocratizar o seu funcionamento, por forma a torná-lo uma acção mais eficaz e as suas estruturas mais operativas.

Saudamos, por isso, as acções já desenvolvidas pela OMS neste sentido. Entre elas salientamos as medidas adoptadas que visam limitar as despesas de carácter administrativo em benefício das actividades de cooperação técnica.

Salientamos também os passos dados no sentido de transformar a OMS na organização dos estados membros, perdendo o carácter supra-nacional que possuía.

Esta reunião deve constituir mais um passo em frente nas transformações já iniciadas.

Senhores Delegados

Não podemos falar de saúde para todos, quando os povos estão sujeitos diariamente à opressão, à exploração, ao «apartheid» (Aplausos).

Não se pode falar de saúde para todos quando se massacram populações indefesas, quando proliferam campos de concentração, quando se pratica a mais retrograda e desumana política de discriminação racial, quando são espezinhados os mais elementares direitos dos povos.

No momento presente e nesta zona do nosso Continente falar de saúde é denunciar e combater a situação de terror em que vivem os povos do Zimbabwe, Namíbia e África do Sul.

Nenhum país, nenhum homem pode permanecer indiferente aos massacres do Soweto, de Nyazónia, aos campos de morte, aos enforcamentos no Zimbabwe, na Namíbia e na África do Sul.

No Zimbabwe e na Namíbia subsistem situações coloniais. O colonialismo é condenado por toda a humanidade, por todos os países membros da Organização das Nações Unidas. Ele é a forma mais grave de violação dos direitos dos povos, representa a forma mais violenta de agressão contra a humanidade.

A acção destruidora dos regimes racistas da África Austral não se faz sentir só sobre os povos daqueles países, mas também sobre os povos independentes vizinhos. Ela faz afluir aos nossos países centenas de milhares de refugiados que temos de alojar, apoiar e assistir.

Utilizando como pretexto a perseguição aos combatentes da liberdade, as tropas racistas violam as fronteiras dos nossos países, onde realizam agressões em grande escala.

Estas agressões visam a destruição dos campos cultivados, dos meios de produção, das vias de comunicação e de abastecimento, afectam a economia das populações, arrasam hospitais, atingindo assim as bases fundamentais da saúde do Povo.

Neste contexto, saúde significa luta, contra o colonialismo, contra o racismo e o «apartheid».

A luta de libertação na África Austral exige a nossa solidariedade total para com os Movimentos de Libertação Nacional.

É com grande satisfação que vemos nesta sessão representantes dos Movimentos de Libertação Nacional da África Austral (Aplausos). A sua presença significa que a Organização Mundial de Saúde assume realmente o seu papel de instrumento dos

povos no combate ao combate que passa necessariamente pela destruição do colonialismo, do racismo e do «apartheid».

A luta de libertação nacional, a luta pela defesa da soberania e integridade territorial, a luta pela consolidação e ampliação das conquistas dos povos, são lutas justas que materializam os mais fundamentais anseios da humanidade e que devem ser apoiadas plenamente.

NADA DETERÁ O POVO MOÇAMBICANO NO APOIO AOS IRMÃOS EM LUTA

Senhor Director-Geral,

Senhor Director Regional,

Senhor Presidente do Comité Regional de África da OMS,

Excelências,

A presente sessão do Comité Regional de África da OMS realiza-se num país que nasceu de uma longa e difícil luta armada de libertação nacional. Num país em que o povo se engaja com determinação no combate pela edificação de uma sociedade justa, livre da exploração. Num país onde a liberdade faz fronteira com os últimos bastiões do colonialismo e do racismo no nosso continente. Num país que diariamente é agredido pelos inimigos da liberdade e da independência dos povos.

O imperialismo ataca-nos porque estamos engajados na construção dum país livre da fome, da nudez, da ignorância, da doença. Estamos a edificar o socialismo.

O nosso Povo, que já deu prova de grande heroísmo durante a luta armada de libertação nacional e na resposta a todas as agressões racistas, continuará o seu combate vitorioso para esmagar os ataques inimigos.

Nada fará abater a nossa determinação em apoiar os povos irmãos em luta. Somos e seremos sempre a relaguarda segura da luta de libertação. Continuaremos a cumprir o nosso dever internacionalista para com a luta justa dos povos do Zimbabwe, Namíbia e África do Sul (Aplausos).

Senhores Delegados,

A realização desta importante reunião na capital da República Popular de Moçambique simboliza o apoio da comunidade internacional à justa luta dos povos da nossa zona contra o colonialismo e o racismo.

Esta reunião é, por isso, um valioso estímulo para o prosseguimento do nosso combate até à vitória final.

Queremos aqui, mais uma vez, saudar os delegados a esta 29.ª Sessão do Comité Regional de África da OMS. A República Popular de Moçambique deseja-vos os maiores sucessos nos trabalhos que agora se iniciam.

Que eles permitam melhorar a saúde dos povos do nosso Continente e do Mundo, contribuindo assim para a materialização da palavra de ordem da OMS, «SAÚDE PARA TODOS NO ANO 2.000».

A LUTA CONTINUA!